

Ponto Oito

Proposta do sr. Presidente da Câmara para aprovação da consolidação de contas com a EPAVE, EM, de acordo com o estabelecido no artigo 47º da Lei 2/2007, de 15 de fevereiro.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number 130 and various initials.

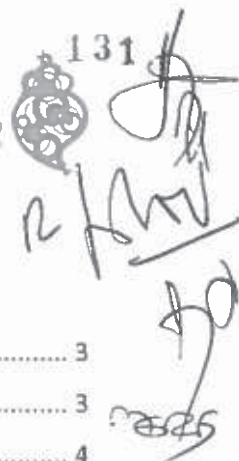
Consolidação de Contas 2013



póvoa de lanhoso
município



DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria. Abstenção dos srs. vereadores do partido socialista. Remeta-se à Assembleia Municipal.



Índice

Relatório de	3
Gestão	3
Introdução	4
Perímetro de Consolidação	5
Entidades excluídas da consolidação	5
Método de Consolidação	5
Evolução da Gestão do conjunto das entidades compreendidas na Consolidação.....	5
Análise ao Balanço	5
Análise à Demonstração de Resultados:	7
Indicadores de Gestão	9
Indicadores de Natureza Patrimonial.....	9
Fatos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício	10
Mapas Consolidados	11
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados	16
Introdução	17
Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas	18
Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada	18
Informações relativas aos procedimentos de consolidação	18
Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo	20
Informações sobre saldos e fluxos financeiros.....	20
Informações relativas a compromissos.....	20
Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe e da entidade incluída na consolidação....	20
Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos	21
Bens utilizados em regime de locação financeira – valores contabilísticos	21
Informações relativas a políticas contabilísticas	22
Imobilizado bruto consolidado.....	23
Amortizações consolidadas	24
Demonstração de resultados financeiros consolidados	24
Demonstração de resultados extraordinários consolidados.....	25
Comentário das rubricas “despesas de instalação” e “despesas de investigação e desenvolvimento”	25

132
5285

Desdobramento das contas de provisões	25
Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior	25
Informações diversas	25

Relatório de Gestão

Introdução

Nos últimos anos, os municípios têm vindo a recorrer a formas organizacionais de diversa natureza, nomeadamente empresarial, desenvolvendo as suas atribuições e competências numa lógica de grupo municipal.

Este fenómeno tem conduzido a uma situação em que a simples prestação e apreciação das contas individuais de cada entidade seja insuficiente, tendo em conta a necessidade de avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas e a necessidade de transparência e objetividade da informação pública. A análise das contas individuais não permite uma visão global da situação financeira do grupo municipal.

Em 2007, a Lei das Finanças Locais veio tornar obrigatória, para os municípios que detenham serviços municipalizados e /ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local, a consolidação de contas, designadamente, no nº1 do seu artº 46º:

Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas previstos na lei, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos.

Desde 2010, o Município da Póvoa de Lanhoso, tem vindo a elaborar a Consolidação de Contas do grupo Municipal, a qual é anualmente submetida a aprovação da Assembleia Municipal.

Perímetro de Consolidação

Conforme preconizado no artigo 46º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, os Municípios que detenham Serviços Municipalizados e/ou a totalidade do capital das entidades do sector empresarial local, devem proceder à elaboração de contas consolidadas. Assim, o Grupo Público Municipal engloba o Município da Póvoa de Lanhoso e a Escola Profissional do Alto Ave.

Entidade	Sede Social	Tipo de entidade	N.º médio trabalhadores em 2013	% do capital detido em 2013	Obs.
Município da Póvoa de Lanhoso	Póvoa de Lanhoso	Autarquia Local	185	Entidade-mãe	a)
Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	Empresa Setor Empresarial Local	22	100	b)
a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do nº1 do Artigo 46º da Lei das Finanças Locais.					
b) Entidade controlada a 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso.					

Entidades excluídas da consolidação

Embora o n.º 1 do artigo 46º da Lei n.º 2/2007 apenas se refira às condições em que é obrigatória a consolidação de contas, entendeu-se que o espírito da Lei seria de não incluir entidades em que a participação no capital fosse inferior a 100%. Assim, foram excluídas da consolidação por deterem uma participação inferior a 100% as seguintes entidades:

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	% do capital detido em 2012
Braval – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Braga	Tratamento de Resíduos	4,20
Águas do Noroeste, S.A.	Barcelos	Tratamento de Águas Residuais	1,55
Centro de Criatividade	Póvoa de Lanhoso	Actividades Culturais	78,26

Método de Consolidação

O método de consolidação adotado na consolidação de contas do Município da Póvoa de Lanhoso foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

Evolução da Gestão do conjunto das entidades compreendidas na Consolidação

Análise ao Balanço

O Balanço Consolidado apresenta a situação do património do Grupo à data de encerramento do exercício 2013, dando a conhecer o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que

representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica e o Passivo e Capital Próprio do Grupo, que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado ou Ativo Fixo e Ativo Circulante. Por sua vez, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado ATIVO

Ativo	2013	%	2012	%	Varia.
Imobilizado	43.495.256,88	90,8%	43.735.817,44	91,3%	-0,6%
Bens de Domínio Público	23.237.520,49	48,5%	23.397.666,62	48,9%	-0,7%
Imobilizações Incorpóreas	183.361,37	0,4%	178.773,53	0,4%	2,6%
Imobilizações Corpóreas	18.956.039,77	39,6%	19.014.969,28	39,7%	-0,3%
Investimentos Financeiros	1.118.335,25	2,3%	1.144.408,01	2,4%	-2,3%
Circulante	4.393.088,03	9,2%	4.148.238,89	8,7%	5,9%
Existências	164.995,14	0,3%	141.693,40	0,3%	16,4%
Dívidas de terceiros MLP	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Dívidas de Terceiros CP	628.701,18	1,3%	792.949,76	1,7%	-20,7%
Títulos negociáveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Disponibilidades	732.358,73	1,5%	851.087,56	1,8%	-14,0%
Acréscimos e Diferimentos	2.867.032,98	6,0%	2.362.508,17	4,9%	21,4%
TOTAL DO ATIVO	47.888.344,91	100,0%	47.884.056,33	100,0%	0,0%

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

Capital Próprio e Passivo	2013	%	2012	%	Varia.
Fundos Próprios	24.368.022,54	50,9%	22.688.183,75	47,4%	7,4%
Património	21.440.338,44	44,8%	19.581.673,62	40,9%	9,5%
Diferenças de Consolidação	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Ajustamentos de partes de capital	10.063,38	0,0%	9.867,73	0,0%	2,0%
Reservas	1.474.820,14	3,1%	1.393.252,30	2,9%	5,9%
Resultados Transitados	99.577,30	0,2%	93.957,60	0,2%	6,0%
Resultado Líquido do Exercício	1.343.223,28	2,8%	1.609.432,50	3,4%	-16,5%
Passivo	23.520.322,37	49,1%	25.195.872,58	52,6%	-6,7%
Provisões para riscos e encargos	0,00	0,0%	25.500,00	0,1%	-100,0%
Empréstimos MLP	6.209.927,29	13,0%	3.925.500,76	8,2%	58,2%
Dívidas a Terceiros CP	3.715.349,60	7,8%	7.145.266,88	14,9%	-48,0%
Acréscimos e Diferimentos	13.595.045,48	28,4%	14.099.604,94	29,4%	-3,6%
Capital Próprio e Passivo	47.888.344,91	100,0%	47.884.056,33	100,0%	0,0%

Pela análise do Balanço Consolidado, verifica-se um ligeiro aumento do Ativo Total em cerca de 0,01%. O imobilizado (ativo fixo) registou uma redução de 0,6% face ao período homólogo, contrariamente ao ativo fixo, o ativo circulante apresentam um aumento face a 2012. Registou um acréscimo de aproximadamente 6%, deveu-se ao aumento Existências e dos Créscimos e Diferimentos, que registaram um acréscimo absoluto de € 504.525, quer as disponibilidades quer as Dívidas de Terceiro registaram decréscimos face ao período homólogo.

Em termos de estrutura do Ativo, verificou-se uma alteração na repartição entre Ativo Fixo e Ativo Circulante, sendo que o Ativo Circulante aumentou o seu peso percentual em relação ao Ativo Fixo, passando a corresponder a 9,2% do Ativo Total.

Na divisão do Passivo entre Capital Próprio e Passivo, verificou-se um aumento dos Fundos Próprios em detrimento do Passivo repartindo-se, respetivamente, em 51% e 49%. A quase totalidade do valor dos Fundos Próprios do Consolidado, corresponde ao património do Município de Póvoa de Lanhoso.

Ao nível do Passivo, de notar a significativa diminuição das dívidas a terceiros de CP, que sofreram um decréscimo de 48%. Em contrapartida, as dívidas a terceiros de MLP registaram um acréscimo percentual na ordem dos 58%, não obstante esta alteração, o total do Passivo de CP e de MLP, registam um decréscimo de 10,3% (- €1.145.491) comparativamente ao período anterior.

Análise à Demonstração de Resultados:

O maior objetivo da Demonstração de Resultados é aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade da autarquia em gerar fluxos de caixa.

Pela análise do quadro seguinte, podemos verificar que se assistiu a um aumento dos Custos e Perdas (+ 1,7%), e uma redução dos Proveitos (0,3%).

Apresentaremos, de seguida, um mapa resumo da Demonstração de Resultados, no qual, para além de podermos conhecer o peso percentual de cada conta no contexto dos Custos e Perdas e dos Proveitos e Ganhos, podemos verificar a variação percentual relativamente ao ano 2012.

Síntese da Demonstração de Resultados Consolidado CUSTOS E PERDAS

<i>Custos e Perdas</i>	2013	%	2012	%	Varia.
Custo Merc.Vend.e Matérias Cons.	1.216.374,85	8,3%	751.428,75	5,1%	61,9%
Fornecimentos e Serviços Externos	3.051.922,96	20,7%	3.455.693,05	23,4%	-11,7%
Custos com Pessoal	4.090.494,91	27,8%	3.964.623,99	26,9%	3,2%
Transf. E Subs.Correntes Concedidos	1.179.239,51	8,0%	1.400.676,48	9,5%	-15,8%
Amortizações do Exercício	2.432.478,22	16,5%	2.415.891,32	16,4%	0,7%
Provisões do Exercício	67.996,31	0,5%	48.527,21	0,3%	40,1%
Outros Custos e Perdas Operacionais	1.622,21	0,0%	2.006,11	0,0%	-19,1%
Custos e Perdas Operacionais	12.040.128,97	81,9%	12.038.846,91	81,6%	0,0%
Custos e Perdas Financeiros	199.258,16	1,4%	359.978,15	2,4%	-44,6%
Custos e Perdas Correntes	12.239.387,13	83,2%	12.398.825,06	84,1%	-1,3%
Custos e Perdas Extraordinários	1.125.899,20	7,7%	738.737,96	5,0%	52,4%
Custos e Perdas Correntes e Extraordinários	13.365.286,33	90,9%	13.137.563,02	89,1%	1,7%
Imposto sobre o rendimento do exercício	745,33	0,0%	1.416,34	0,0%	-47,4%
Resultado Líquido do Exercício	1.343.223,28	9,1%	1.609.432,50	10,9%	-16,5%
TOTAL GERAL	14.709.259,94	100,0%	14.748.411,56	100,0%	-0,3%

PROVEITOS E GANHOS

<i>Proveitos e Ganhos</i>	2013	%	2012	%	Varia.
Vendas e Prestação de Serviços	1.322.611,10	9,0%	1.361.701,69	9,2%	-2,9%
Impostos e Taxas	3.101.892,30	21,1%	2.922.717,61	19,8%	6,1%
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Proveitos suplementares	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Transf. E Subs.Correntes Obtidos	8.692.442,78	59,1%	8.802.572,72	59,7%	-1,3%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Proveitos e Ganhos Operacionais	13.116.946,18	89,2%	13.086.992,02	88,7%	0,2%
Proveitos e Ganhos Financeiros	777.518,92	5,3%	626.542,00	4,2%	24,1%
Proveitos e Ganhos Correntes	13.894.465,10	94,5%	13.713.534,02	93,0%	1,3%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	814.789,84	5,5%	1.034.877,84	7,0%	-21,3%
Proveitos e Ganhos Correntes e Extraordinários	14.709.254,94	100,0%	14.748.411,86	100,0%	-0,3%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	14.709.259,94	100,0%	14.748.411,86	100,0%	-0,3%

Em termos globais, comparando Custos e Perdas com Proveitos e Ganhos, verifica-se um saldo positivo. Tal diferença, é traduzida pelo Resultado Líquido Positivo do Exercício, que se cifrou em € 1.343.223.

Analizada a estrutura da Demonstração de Resultados, verificam-se alterações significativas da repartição do peso percentual de cada uma das Contas que o integram.

Os Custos Operacionais são os que têm de longe o maior peso, ficando substancialmente aquém dos proveitos e ganhos, não se tendo verificado no entanto alterações do seu peso percentual, face ao ano transato.

Pese embora ter-se verificado diminuições nas contas:

- ✓ Fornecimentos e Serviços Externos;
- ✓ Transferências e subsídios correntes concedidos;
- ✓ Custos e perdas operacionais

Os efeitos foram no entanto anulados pelo acréscimo nas restantes contas, com maior impacto nos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas.

Em contrapartida, os Custos e Perdas Financeiros apresentaram um decréscimo de 44,6%. Os Custos e Perdas Extraordinários apresentaram um aumento de 52,4%.

Quanto aos Proveitos e Ganhos, constata-se que o conjunto dos Proveitos e Ganhos Operacionais sofreu um ligeiro aumento de +0,2%, justificado pelo aumento dos Impostos e Taxas de cerca de 6% e uma diminuição de 2,9 % das Vendas e Prestações de serviços e das Transferências e Subsídios Correntes Obtidos (diminuem em termos absolutos € 110.130).

Os Proveitos e Ganhos Financeiros, registaram um aumento de 24%, contrariamente os Proveitos e Ganhos Extraordinários registaram uma diminuição de 21%.

ANÁLISE DE RESULTADOS

	2013	2012	Varia.
Resultados Operacionais	1.076.817,21	1.048.145,11	2,7%
Resultados Financeiros	578.260,76	266.563,85	116,9%
Resultados Correntes	1.655.077,97	1.314.708,96	25,9%
Resultado Líquido do Exercício	1.343.223,28	1.609.432,50	-16,5%

Indicadores de Gestão

Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores de natureza patrimonial apresentam sinais da evolução da situação financeira de uma entidade, permitindo apreciar a sua capacidade de endividamento.

Dado estarmos perante a situação financeira de um Grupo Público Municipal, há que ter em conta que o Ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros. Os Ativos do Grupo integram bens não hipotecáveis ou alienáveis, como sejam, os bens de domínio público e bens privados necessários à prestação do serviço público.

No caso do Grupo Público constituído pelo Município da Póvoa de Lanhoso e pela Escola Profissional do Alto Ave, os bens de domínio público representam cerca de 48,5% do seu Ativo Total.

O quadro seguinte, dá-nos uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais:

<i>Indicadores</i>	2013	2012
ESTRUTURA DO ATIVO		
Ativo Fixo/Ativo Total	90,8%	91,3%
Ativo Circulante/Ativo Total	9,2%	8,7%
Ativo Fixo/Ativo Circulante	990,1%	1054,3%
ESTRUTURA DO PASSIVO		
Passivo MLP/Passivo Total	62,6%	35,4%
Passivo CP/Passivo Total	37,4%	64,4%
Passivo MLP/Passivo CP	167,1%	54,9%
Acréscimos e Diferimentos/Passivo Total	137,0%	127,1%
ANÁLISE DO ATIVO FIXO		
Ativo Fixo/Endividamento MLP	700,4%	1114,1%
ANÁLISE DO PASSIVO EXIGÍVEL		
Dívida de CP/Património Líquido	15,2%	31,5%
Dívida de MLP/Património Líquido	25,5%	17,3%
ÍNDICES DE LIQUIDEZ		
Disponibilidades/Exigível a CP	19,7%	11,9%
Ativo Circulante/Exigível a CP	41,1%	25,0%
ÍNDICE DE INSOLVÊNCIA		
Dívidas a Terceiros/Ativo Total	20,7%	23,1%
ÍNDICE DE AUTONOMIA		
Fundos Próprios/Ativo Total	50,9%	47,4%

Retratam os rácios da estrutura do Ativo que, neste âmbito, não se verificaram alterações relevantes, face a 2012. O Ativo Fixo diminuiu ligeiramente o seu peso percentual face ao Ativo Circulante.

O Passivo de MLP aumentou substancialmente o seu peso no contexto do Passivo bem como o Passivo de CP. A análise dos rácios referentes ao passivo exigível confirma substancial redução verificando-se que o coeficiente de endividamento de CP sofreu uma diminuição de 16,3%, em contrapartida o de MLP aumentou 8,2%.

Quando falamos em Ativo Fixo, referimo-nos basicamente ao investimento direto do grupo autárquico, líquido das depreciações que, entretanto, ocorreram. A relação do Ativo Fixo com o

Endividamento MLP, permite-nos aferir da percentagem de imobilizado avaliado que está a ser financiado por endividamento MLP, traduzindo, igualmente, a garantia de bens face aos financiadores.

Analisados os rácios encontrados, verifica-se que o ativo fixo supera o endividamento.

Passemos, agora, à análise do Índice de Liquidez imediata. Tendo em conta, o um ligeiro decréscimo das disponibilidades e o decréscimo substancial registado no endividamento de CP, verifica-se aumento do indicador Disponibilidades/Exigível a CP, conforme podemos verificar pela leitura do quadro supra. Em 2013, as disponibilidades cobririam cerca de 19,7% das necessidades da dívida de curto prazo.

Regista-se, um aumento significativo do peso do Ativo Circulante na relação Ativo Circulante/Exigível CP. O ativo circulante apresentou-se muito superior ao Exigível de CP, tendo crescido cerca de 16%.

Referimo-nos ao Índice de Solvência, que relaciona as Dívidas a Terceiros com o Ativo Líquido. O rácio apurado em 2013, traduz que é de apenas 20,7%, o peso das dívidas a terceiros no Ativo Total. Tal situação apresenta-se, mais positiva do que em 2012, como pode verificar-se pelo quadro supra.

Fatos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício

Não ocorreram acontecimentos importantes desde 31 de Dezembro de 2013 até à data deste relatório.



Mapas Consolidados

BALANÇO CONSOLIDADO

Quadros das Contas do Póvoa	ATIVO	Notas	2013			2012
			AB	AP	AL	AL
	Imobilizado					
	Bens de domínio público					
451	Terrenos e recursos naturais		460.360,19	0,00	460.360,19	460.360,19
452	Edifícios		0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infraestruturas		34.835.992,44	12.409.617,92	22.426.374,52	22.535.547,47
455	Bens do património histórico, artístico e cultural		491.112,97	140.327,19	350.785,78	375.120,99
459	Outros bens de domínio público		0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso		0,00	0,00	0,00	26.637,97
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público		0,00	0,00	0,00	0,00
			35.787.465,60	12.549.945,11	23.237.520,49	23.397.666,62
	Imobilizações Incorpóreas					
431	Despesas de instalação		0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento		50.466,00	30.333,35	20.132,65	27.830,05
433	Propriedade industrial e outros direitos		0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso		163.228,72	0,00	163.228,72	150.943,48
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas		0,00	0,00	0,00	0,00
			213.694,72	30.333,35	183.361,37	178.773,53
	Imobilizações Corpóreas					
421	Terrenos e recursos naturais		613.811,67	0,00	613.811,67	613.811,67
422	Edifícios e outras construções		19.295.673,18	2.231.052,18	17.064.621,00	13.671.129,81
423	Equipamento básico		2.907.369,67	2.234.283,66	673.086,01	848.469,60
424	Equipamento de transporte		891.354,76	727.910,05	163.444,71	217.173,78
425	Ferramentas e utensílios		82.221,02	66.735,48	15.485,54	21.902,28
426	Equipamento administrativo		1.033.544,95	958.832,90	74.712,05	82.578,59
427	Taras e vasilhame		0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas		378.390,82	111.056,82	267.334,00	291.260,17
442	Imobilizações em curso		83.544,79	0,00	83.544,79	3.268.643,38
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas		0,00	0,00	0,00	0,00
			25.285.910,86	6.329.871,09	18.956.039,77	19.014.969,28
	Investimentos Financeiros					
411	Partes de capital		0,00		0,00	0,00
412	Obrigações e títulos de participação		1.097.601,89		1.097.601,89	1.123.674,65
414	Investimentos em imóveis		0,00		0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras		8,36		8,36	8,36
441	Imobilizações em curso		0,00		0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros		20.725,00		20.725,00	20.725,00
			1.118.335,25	0,00	1.118.335,25	1.144.408,01
	Circulante:					
	Existências					
36	Matérias primas, subsidiárias e de consumo		159.746,60		159.746,60	133.028,33
35	Produtos e trabalhos em curso		0,00		0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		0,00		0,00	0,00
33	Produto acabados e intermédios		0,00		0,00	0,00
32	Mercadorias		5.248,54		5.248,54	8.665,07
37	Adiantamentos por conta de compras		0,00		0,00	0,00
			164.995,14		164.995,14	141.693,40
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo					
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo		0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo					
28	Empréstimos concedidos					
211	Clientes, c/c		2.825,00		2.825,00	2.116,00
212	Contribuintes, c/c		979,65		979,65	582,42
213	Utentes, c/c		92.642,98		92.642,98	194.863,24
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa		293.517,32	279.786,14	13.731,18	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento		0,00		0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores		1.216,88		1.216,88	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		0,00		0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos		26.922,09		26.922,09	8.376,97
264	Administração autárquica		0,00		0,00	0,00
(18)-(19)-(16)+268	Outros devedores		495.483,40	5.100,00	490.383,40	587.011,13
			913.587,32	284.886,14	628.701,18	792.949,76
	Títulos negociáveis					
15	Outros Títulos		0,00		0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa					
12	Depósitos em instituições financeiras		731.415,53		731.415,53	847.145,81
11	Caixa		943,20		943,20	3.940,75
			732.358,73	0,00	732.358,73	851.087,56
	Acréscimos e diferimentos					
271	Acréscimos de proveitos		2.340.943,64		2.340.943,64	2.245.304,47
272	Custos diferidos		526.089,34		526.089,34	117.203,70
			2.867.032,98	0,00	2.867.032,98	2.362.508,17
	Total de Amortizações			18.910.149,55		
	Total de Provisões			284.886,14		
	TOTAL DO ATIVO		67.853.380,60	19.795.035,69	47.888.344,91	47.884.056,15

BALANÇO CONSOLIDADO

Quadros das Contas do Pocaf	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Notas	Exercícios	
			2013	2012
	Fundos próprios			
51	Património	1,4	21.440.338,44	19.581.673,62
51	Diferenças de consolidação		0,00	0,00
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	1	10.063,38	9.867,73
56	Reservas de reavaliação		0,00	0,00
	Reservas		0,00	0,00
571	Reservas legais	1	1.274.820,14	1.193.252,30
572	Reservas estatutárias		0,00	0,00
573	Reservas contratuais		0,00	0,00
574	Reservas livres		0,00	0,00
575	Subsídios		0,00	0,00
576	Doações		200.000,00	200.000,00
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos		0,00	0,00
578+579	Outras Reservas		0,00	0,00
59	Resultado transitados	1,2	99.577,30	93.957,60
			23.024.799,26	21.078.751,25
88	Resultado líquido do exercício	1,2,3,4,5	1.343.223,28	1.609.432,50
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS		24.368.022,54	22.688.183,75
	Passivo			
292	Provisões para riscos e encargos		0,00	25.500,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo			
2312	Dívidas a instituições de crédito		5.779.914,10	3.890.138,91
2613	Fornecedores de Imobilizado - Loc. Financeira		0,00	35.361,85
2171	Clientes e Utentes c/ cauções		0,00	0,00
264	Administração autárquica		159.075,69	0,00
26872	Credores por caução		0,00	0,00
262+263+267+268	Outros credores		270.937,50	0,00
268899	Credores por factoring		0,00	0,00
254	Empresas do grupo e participadas		0,00	0,00
			6.209.927,29	3.925.500,76
	Dívidas a terceiros - Curto prazo			
2311	Empréstimos de curto prazo		859.061,67	608.703,08
269	Adiantamentos por conta de vendas		0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c		434.566,31	1.724.205,86
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência		5.682,29	23.465,14
252	Credores pela execução do orçamento		0,00	0,00
217	Clientes e utentes c/ cauções		28.507,45	26.201,21
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		10.082,20	9.898,65
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		274.693,92	2.878.020,11
24	Estado e outros entes públicos		120.890,42	87.580,10
264	Administração autárquica		1.061.814,78	496.191,27
262+263+267+268	Outros credores		920.050,56	1.291.001,46
268899	Credores por factoring		0,00	0,00
			3.715.349,60	7.145.266,88
	Acréscimos e diferimentos			
273	Acréscimos de custos	3	669.562,95	893.319,04
274	Proveitos diferidos	4	12.925.482,53	13.206.285,90
			13.595.045,48	14.099.604,94
2762	Passivos por impostos diferidos			
	Total do Passivo		23.520.322,37	25.195.872,58
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO		47.888.344,91	47.884.056,33

AB Ativo Bruto

AP Amortizações e Provisões Acumuladas

AL Ativo Líquido

Órgão Executivo

Em ___ de junho de 2014

Órgão Deliberativo

Em ___ de junho de 2014

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Quadros das Contas do Póvoa	CUSTOS E PERDAS	Notas	Exercícios			
			2013		2012	
	Custos e Perdas					
61	Custos das mercadorias vendidas e das Mercadorias	7	458.883,22		400.055,45	
	Matérias		757.491,63	1.216.374,85	351.373,30	751.428,75
62	Fornecimentos e serviços externos			3.051.922,96		3.455.693,05
641+642	Custos com o pessoal:					
	Remunerações		3.265.738,47		3.180.633,39	
643 a 648	Encargos sociais		824.756,44	4.090.494,91	783.990,60	3.964.623,99
63	Transf. E subsídios correntes concedidos	6,9	1.179.239,51	1.179.239,51	1.400.676,48	1.400.676,48
66	Amortizações do exercício		2.432.478,22	0,00	2.415.891,32	0,00
67	Provisões do exercício		67.996,31	2.500.474,53	48.527,21	2.464.418,53
65	Outros custos e perdas operacionais		1.622,21	1.622,21	2.006,11	2.006,11
	(A) Custos e Perdas Operacionais			12.040.128,97		12.038.846,91
68	Custos e perdas financeiras			199.258,16		359.978,15
	(C) Custos e Perdas Correntes			12.239.387,13		12.398.825,06
69	Custos e perdas extraordinárias			1.125.899,20		738.737,96
	(E) Custos e Perdas antes de Impostos			13.365.286,33		13.137.563,02
	Imposto sobre o rendimento do exercício			745,33		1.416,34
	(G) Custos e Perdas após Impostos			13.366.031,66		13.138.979,36
88	Resultado líquido do exercício	5,6,8		1.343.223,28		1.609.432,50
	Custos Totais			14.709.254,94		14.748.411,86
	Proveitos e Ganhos					
	Vendas e prestações de serviços:					
7111	Vendas de mercadorias					
7112+7113	Vendas de produtos	7	489.238,73		473.977,23	
712	Prestações de serviços	7	833.372,37	1.322.611,10	887.724,46	1.361.701,69
72	Impostos e taxas	7		3.101.892,30		2.922.717,61
	Variação da produção					
75	Trabalhos para a própria entidade					
73	Proveitos suplementares					
74	Transferências e subsídios obtidos	9		8.692.442,78		8.802.572,72
76	Outros proveitos e ganhos operacionais					0,00
	(B) Proveitos e Ganhos Operacionais			13.116.946,18		13.086.992,02
78	Proveitos e ganhos financeiros			777.518,92		626.542,00
	(D) Proveitos e Ganhos Correntes			13.894.465,10		13.713.534,02
79	Proveitos e ganhos extraordinários			814.789,84		1.034.877,84
	(F) Proveitos Totais			14.709.254,94		14.748.411,86

Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A)	1.076.817,21	1.048.145,11
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)	578.260,76	266.563,85
Resultados correntes: (D)-(C)	1.655.077,97	1.314.708,96
Resultados líquido Consolidado do exercício: (F)-(G)	1.343.223,28	1.609.432,50

Órgão Executivo

Em ___ de junho de 2014

Órgão Deliberativo

Em ___ de junho de 2014

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

Mapa dos Fluxos de Caixa e Operações Orçamentais Consolidado

Unidade: Euro

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
Saldo da Gerência Anterior	851.087,56	Despesas Orçamentais	16.371.135,88
Execução Orçamental	28.657,26	Despesas Correntes	10.436.419,28
Operações de Tesouraria	703.989,36	Despesas de Capital	5.934.716,60
Receitas Orçamentais	16.371.560,03	Operações de Tesouraria	1.077.321,82
Receitas Correntes	11.735.934,77		
Receitas de Capital	4.635.500,19	Saldo Gerência Seguinte	732.358,73
Outras Receitas	125,07		
		Execução Orçamental	3.232,02
Operações de Tesouraria	1.047.766,24	Operações de Tesouraria	729.126,71
Total	18.270.413,83	Total	18.180.816,43

Órgão Executivo

Em __ de junho de 2014

Órgão Deliberativo

Em __ de junho de 2014

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados

Introdução

A Lei das Finanças Locais, prevê no artigo 46.º, a obrigatoriedade dos Municípios elaborarem contas consolidadas, sendo ainda referido que os procedimentos contabilísticos para a consolidação são os definidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), documento que, até ao momento, não abrange esta temática.

Refere ainda o artigo 46.º, n.º1, da referida Lei das Finanças Locais que “sem prejuízo dos documentos de prestação de contas previsto na lei, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados, com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos”.

Foi entretanto publicada a Portaria n.º 474/210, de 15 de Junho, através da qual foi aprovada a orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação genérica relativamente à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório de cada município integra as entidades de natureza empresarial (independentemente de revestirem formas de direito privado ou serem entidades empresariais locais de direito público) que este participe, de forma direta ou indireta, em 100% do capital e os serviços municipalizados que detenha no final do exercício económico a consolidar.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

O perímetro de consolidação definido pelo Município da Póvoa de Lanhoso abrange a Escola Profissional do Alto Ave. O método da consolidação utilizado foi a consolidação integral, com o objetivo de as demonstrações financeiras consolidadas apresentarem informação relativa ao grupo público municipal como se de uma única entidade se tratasse.

A contabilidade de custos encontra-se a ser implementada no município, mas ainda não foi possível validar todos os elementos, pelo que se optou neste relatório ainda não se fazer a devida análise. No entanto os encargos com as funções exercidas são apurados através de outros meios, não sendo esperados desvios significativos nos encargos efetivamente suportados.

Todos os valores são apresentados em euros.

Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

Entidade incluídas no perímetro de consolidação:

Entidade	Sede Social	Tipo de entidade	N.º médio trabalhadores em 2013	% do capital detido em 2013	Obs.
Município da Póvoa de Lanhoso	Póvoa de Lanhoso	Autarquia Local	185	Entidade mãe	a)
Escola Profissional do Alto Ave	Póvoa de Lanhoso	Empresa Setor Empresarial Local	22	100%	b)
a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do nº1 do Artigo 46º da Lei das Finanças Locais.					
b) Entidade controlada a 100% pelo Município da Póvoa de Lanhoso					

Entidades participadas, não incluídas (Outras entidades societárias e não societárias excluídas do perímetro de consolidação):

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	% do capital detido em 2012
Braval – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Braga	Tratamento de Resíduos	4,20
Águas do Noroeste, S.A.	Barcelos	Tratamento de Águas Residuais	1,55
Centro de Criatividade	Póvoa de Lanhoso	Actividades Culturais	78,26

Foram excluídas do perímetro de Consolidação porque a participação do Município é direta ou indiretamente inferior a 100% (nº1 do art. 46 da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro).

Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

As demonstrações financeiras consolidadas refletem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação.

Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação identificam-se nas notas seguintes:

Lançamentos de consolidação					
Nota	Descrição	Conta(s) a Débito	Valor	Conta(s) a Crédito	Valor
Balanco					
Nota 1	Eliminação dos Investimentos financeiros	51	19.951,92	411	746.550,99
		55	781.196,09	59	39.757,88
	na conta 41 do MPVL relativamente à participação financeira na EPAVE	571	10.933,65	88	25.772,79
Total N1			<u>812.081,66</u>		<u>812.081,66</u>
Nota 2	Eliminação de subsídios à exploração considerados custo pelo Município em 2012 e especializados pela EPAVE em 2011	59	14.527,96	88	14.527,96
Total N2			<u>14.527,96</u>		<u>14.527,96</u>
Nota 3	Eliminação de saldos entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação	272	85,88	271	85,88
Total N3			<u>85,88</u>		<u>85,88</u>
Nota 4	Anulação dos subsídios ao investimento registados pela EPAVE e atribuídos pelo Município	88	16.828,80	51	323.792,36
		274	306.963,56		
Total N4			<u>323.792,36</u>		<u>323.792,36</u>
Demonstração dos Resultados					
Nota 5	Eliminação do MEP	88	25.772,79	68	25.772,79
Total N5			<u>25.772,79</u>		<u>25.772,79</u>
Nota 6	Eliminação de subsídios à exploração considerados custo pelo Município em 2012 e especializados pela EPAVE em 2011	88	14.527,96	63	14.527,96
Total N6			<u>14.527,96</u>		<u>14.527,96</u>
Nota 7	Eliminação de transações correntes (água e outras taxas e tarifas) entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação	711	711,11	61	1.249,75
		712	465,65		
		72	72,99		
Total N7			<u>1.249,75</u>		<u>1.249,75</u>
Nota 8	Anulação dos subsídios ao investimento registados pela EPAVE e atribuídos pelo Município	79	16.828,80	88	16.828,80
Total N8			<u>16.828,80</u>		<u>16.828,80</u>
Nota 9	Anulação de subsídios à exploração	74	42.307,00	63	42.307,00
Total N9			<u>42.307,00</u>		<u>42.307,00</u>
Total Geral			<u>1.251.174,16</u>		<u>1.251.174,16</u>

Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

Endividamento consolidado de médio e longo prazo 2013					
Designação das contas	Dívidas a terceiros de médio/longo prazo			Correção de Consolidação	Endividamento Consolidado
	Município da Póvoa de Lanhoso	EPAVE	Total		
Dívidas a instituições de crédito	5.779.914,10		5.779.914,10		5.779.914,10
Fornecedores de Imobilizado - Loc. Financeira	0,00		0,00		0,00
Administração Autárquica	159.075,69		159.075,69		159.075,69
Credores por caução	0,00		0,00		0,00
Outros Credores	270.937,50		270.937,50		270.937,50
Total	6.209.927,29	0,00	6.209.927,29	0,00	6.209.927,29

Informações sobre saldos e fluxos financeiros

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO										
Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público										
Tipo de fluxos	Município da Póvoa de Lanhoso					EPAVE				
	saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	saldo inicial	Direitos constituídas no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Subsídios	0,00	56.834,96		56.834,96	0,00	14.527,96	42.307,00	0,00	56.834,96	0,00
Total	0,00	56.834,96	0,00	56.834,96	0,00	14.527,96	42.307,00	0,00	56.834,96	0,00

Informações relativas a compromissos

Os compromissos existentes constam das demonstrações financeiras apresentadas.

Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe e da entidade incluída na consolidação

As remunerações certas e permanentes dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos do município da Póvoa de Lanhoso totalizaram 108.440€, a remuneração do órgão de fiscalização do Município totalizou 6.480,00€. Não existem remunerações do órgão de administração da Escola Profissional do Alto Ave e a remuneração do órgão de fiscalização totalizou 3.500,00€.

Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos

Designação	Município	2013 EPAVE	Total Consolidado
Vendas Mercadorias			0,00
Vendas Produtos	484.292,51	4.946,22	489.238,73
Prestações de serviços	789.792,51	43.579,86	833.372,37
Total	1.274.085,02	48.526,08	1.322.611,10

Bens utilizados em regime de locação financeira - valores contabilísticos

	Descrição	Valor de aquisição	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Município da Póvoa de Lanhoso	JCB	62.024,04	27.135,53	34.888,51
	Tractor 76-JJ-02	49.784,00	17.424,40	32.359,60
	Carrinha 52-GG-97	13.582,23	4.866,96	8.715,27
	Carrinha 82-JU-19	22.300,00	7.061,67	15.238,33
	Varredora	124.025,00	115.366,01	8.658,99
EPAVE	Mini JCB	21.000,00	6.781,25	14.218,75
	Não detêm leasing's			
	Total	292.715,27	178.635,82	114.079,45

Informações relativas a políticas contabilísticas

Homogeneização das políticas contabilísticas

Rúbricas	Município da Póvoa de Lanhoso	EPAVE
Imobilizado	Custo de aquisição. Bens de imobilizado obtido a título gratuito, dependendo do tipo de bens, aplica-se o respetivo critério valorimétrico (valor de aquisição ou patrimonial).	Custo de aquisição.
Amortizações	As amortizações dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril (II Série do D.R.).	As amortizações dos bens do ativo imobilizado são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
Investimentos Financeiros	Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas participações superiores a 20%, e pelo método do custo nas restantes participações financeiras	Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo método do custo.
Existências	As existências são valorizadas ao custo de aquisição, incluindo as despesas incorridas até ao armazenamento. Através do Sistema de inventário Permanente, utilizando o custo médio ponderado, como o método de custeio das saídas (mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo).	As existências são valorizadas ao custo de aquisição, incluindo as despesas incorridas até ao armazenamento.
Terceiros	As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, seguindo o princípio do custo histórico, utilizado nas operações com terceiros.	As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.
Acréscimos	Acréscimos de proveitos: - Rendas a receber; Acréscimos de custos: - Remunerações a liquidar; - Outros Acréscimos de Custos;	Regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "acréscimos e diferimentos".
Diferimentos	Custos Diferidos: - Seguros; Proveitos diferidos: - Subsídios ao investimento;	
Provisões	Analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.	
Disponibilidades	As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.	Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos.

Imobilizado bruto consolidado

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

Imobilizado Bruto consolidado em 31 Dezembro de 2013

	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros	Abates	Transf.	Saldo Final
De Bens de Domínio Público								
Terrenos e Recursos Naturais	460 360,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460 360,19
Edifícios	33 251 577,93	0,00	1 435 394,56	0,00	0,00	0,00	149 019,95	34 835 992,44
Outras Construções e Infra-Estruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	491 112,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	491 112,97
Outros Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em Curso	26 637,97	0,00	122 381,98	0,00	0,00	0,00	-149 019,95	0,00
Adiantamentos por Conta de Bens de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	34 229 689,06	0,00	1 557 776,54	0,00	0,00	0,00	0,00	35 787 465,60
De Imobilizações Incorpóreas								
Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	50 466,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50 466,00
Propriedade Industrial e Outros Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em Curso	150 943,48	0,00	12 285,24	0,00	0,00	0,00	0,00	163 228,72
Adiantamentos por Conta de Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	201 409,48	0,00	12 285,24	0,00	0,00	0,00	0,00	213 694,72
De Imobilizações Corpóreas								
Terrenos e Recursos Naturais	613 811,67	0,00	65 837,20	65 837,20	0,00	0,00	0,00	613 811,67
Edifícios e outras construções e infra-estruturas	15 601 415,38	0,00	319 543,23	0,00	0,00	0,00	3 374 714,57	19 295 673,18
Equipamento Básico	2 833 322,71	0,00	74 046,96	0,00	0,00	0,00	0,00	2 907 369,67
Equipamento de Transporte	857 130,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	857 130,36
Ferramentas e Utensílios	76 065,17	0,00	34 224,40	0,00	0,00	0,00	0,00	110 289,57
Equipamento Administrativo	999 040,00	0,00	8 717,08	0,00	0,00	0,00	0,00	1 007 757,08
Taras e Vasilhame	0,00	0,00	31 943,72	0,00	0,00	0,00	0,00	31 943,72
Outras Imobilizações Corpóreas	378 390,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	378 390,82
Imobilizações em Curso	3 268 643,38	0,00	528 575,55	0,00	0,00	0,00	-3 713 674,14	83 544,79
Adiantamento por Conta de Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	24 627 819,49	0,00	1 062 888,14	65 837,20	0,00	0,00	-338 959,57	25 285 910,86
De Investimentos Financeiros								
Partes de Capital	1 191 393,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-93 791,26	1 097 601,89
Obrigações e Títulos de Participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento em Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Aplicações Financeiras	8,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,36
Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamento por Conta de Investimentos Financeiros	20 725,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 725,00
Totais	1 212 126,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-93 791,26	1 118 335,25

153 R

póvoa de lanhoso



Demonstração de resultados extraordinários consolidados

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO Demonstração consolidada dos Resultados Extraordinários 2013

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Unidade: Euros Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
691	Transferências de capital concedidas	708.299,32	507.501,98	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas Incobráveis	0,00	7.032,78	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	338.959,57	33.279,45	794	Ganhos em imobilizações	59.537,80	18.359,98
695	Multas e Penalidades	0,00	0,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	31.099,85	29.247,15
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	41.219,26	173.994,89
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	72.367,61	190.923,75	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	35.327,82	186.125,47
698	Outros custos e perdas extraordinárias	6.272,70		798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	647.605,11	627.150,35
	Resultados extraordinários	-311.109,36	296.139,88				
		814.789,84	1.034.877,84			814.789,84	1.034.877,84

Comentário das rubricas “despesas de instalação” e “despesas de investigação e desenvolvimento”

A rubrica despesas de investigação e desenvolvimento contém a elaboração de uma cartografia para o Plano Municipal florestal contra incêndios, o Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil, Mapas de Ruído e o Plano de Riscos de Gestão, corrupção e infrações conexas.

Desdobramento das contas de provisões

Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para cobrança duvidosa	232.609,09	67.996,31	15.719,26	284.886,14
Provisões para riscos e encargos	25.500,00	0,00	25.500,00	0,00
Total	258.109,09	67.996,31	41.219,26	284.886,14

Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não se aplica.

Informações diversas

A Escola Profissional do Alto Ave, integra o perímetro de consolidação sendo que esta entidade aplica o Sistema de Normalização Contabilística, SNC. Sendo assim, as suas demonstrações financeiras foram convertidas em POCAL, constituindo este trabalho um procedimento de pré-consolidação.

O grupo não tem em mora qualquer dívida ao Centro Regional de Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e à Administração Tributária.

Póvoa de Lanhoso, __ de junho de 2014

O Presidente da Câmara Municipal



ARMENDO COSTA, SERRA CRUZ,
MARTINS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Entrada EXT. 2752/2014

Nº 500 Doc. 701/2014

17/06/2014

Class. 24.07

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Município da Póvoa do Varzim, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um ativo líquido de 47.888.345 euros e um total de fundos próprios de 24.368.023 euros, incluindo um resultado líquido de 1.343.223 euros), a Demonstração consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração consolidada dos Fluxos de Caixa, e o correspondente Anexo, referentes ao exercício findo naquela data.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo, a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira das entidades incluídas na consolidação do Município, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizamos às referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 a 9 abaixo, o nosso exame foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação das demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. O Município mantém em curso a inventariação e a avaliação do respectivo património, estando relevado apenas no ativo, o imobilizado adquirido a partir do ano de 2002 inclusive. Consequentemente não podemos aferir com segurança razoável qual o impacto desta situação nas contas de imobilizado, fundos próprios, amortizações acumuladas, amortizações do exercício e proveitos diferidos provenientes de subsídios afetos ao imobilizado. O Município ainda não dispõe de cadastro e inventário para os bens contabilizados conforme disposto no plano oficial de contabilidade das autarquias locais e na portaria nº 671/2000 de 17/04.
8. Apesar das diligências efectuadas, não nos foi possível obter resposta à circularização efectuada aos serviços jurídicos externos do Município, consequentemente não dispomos de informação suficiente que nos permita verificar com razoabilidade a existência de responsabilidades que devam ser provisionadas bem como passivos contingentes que devam ser divulgados.



ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ,
MARTINS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

9. Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo da rubrica Imobilizações Corpóreas integra 747.923 euros, em termos líquidos, que correspondem aos activos corpóreos da EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M. (adiante também designada por Escola). A Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) da Escola contém uma reserva por limitação de âmbito, na qual é referido que a Escola não possui registos adequados dos bens do activo fixo tangível relevados nas rubricas de equipamento básico e administrativo que permitam identificação física dos mesmos e que por outro lado, foram registados, em exercícios passados, na rubrica de Conservação e reparação, gastos que pela sua natureza e montante poderiam ser classificados como activos, para os quais não existe informação detalhada sobre as intervenções efectuadas. Por estes motivos, não foi possível ao ROC da EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, E.M. emitir uma opinião sobre a correcção do saldo da rubrica do Ativo fixo tangível constante no balanço da Escola.

Opinião

10. Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 a 9 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Município da Póvoa de Lanhoso em 31 de Dezembro de 2013, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Relato Sobre Outros Requisitos Legais

11. É também nossa opinião que a informação constante do relatório e contas consolidadas é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Ênfases

12. Sem afectar a opinião atrás expressa, é de referir o seguinte:
- 12.1. Apesar de previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, conforme referido na introdução às Notas às Demonstrações Financeiras, ainda se encontra em fase de implementação a contabilidade de custos. No entanto, os encargos com as funções exercidas são apurados através de outros meios, não sendo de esperar desvios significativos aos encargos efectivamente suportados.

Braga, 16 de junho de 2014

Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 57)

representada por:


António Manuel Pinheiro Fernandes (R.O.C. n.º 993)



ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ,
MARTINS & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

PARECER DO AUDITOR EXTERNO

À Assembleia Municipal de Póvoa de Lanhoso
Exmos. Senhores Deputados.

1. No cumprimento das normas legais, alínea e) do n.º 3, do artigo 48.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais, e para os efeitos previstos no n.º 2 do art. 47.º da mesma lei, apresentamos o relatório e parecer sobre as contas do exercício (consolidadas), em relação ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.
2. O Município da Póvoa de Lanhoso preparou as Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas a 2013, em conformidade com o n.º 1 do art.º 46.º da Lei da Finanças Locais, sendo que o grupo público municipal engloba o Município da Póvoa de Lanhoso e a EPAVE- Escola Profissional do Alto Ave, E.M..
3. No decurso do exercício, acompanhamos com a periodicidade e extensão que consideramos adequada, a actividade do Município "Entidade-mãe" (Município da Póvoa de Lanhoso) e da EPAVE- Escola Profissional do Alto Ave, E.M. e através de contactos com o Órgão Executivo, bem como por via de esclarecimentos e documentação obtidos junto dos serviços e realizamos os procedimentos de auditoria de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com a profundidade que consideramos necessária nas circunstâncias.
4. Decorrente dos trabalhos desenvolvidos, é nossa convicção que o Relatório do Órgão Executivo e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentam de forma clara e suficiente a evolução da atividade das entidades incluídas na consolidação, os resultados consolidados do exercício e a posição financeira consolidada, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Assim, emitimos a certificação legal das contas consolidadas, a qual passa a fazer parte integrante do presente parecer.
5. Analisamos e verificamos a consistência da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Nestas circunstâncias, em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos de prestação de contas apresentadas pelo Órgão Executivo e considerando o efeito das situações descritas na certificação legal das contas, somos de parecer de que os documentos de prestação de contas apresentadas pelo órgão executivo estão em condições de poderem ser aprovados pelos Senhores Deputados.
7. Finalmente, desejamos manifestar o nosso agradecimento ao Executivo do Município da Póvoa de Lanhoso e aos seus Serviços, toda a colaboração prestada para o desempenho das nossas funções.

Braga, 16 de junho de 2014

Armindo Costa, Serra Cruz, Martins e Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 57)
representada por:

António Manuel Pinheiro Fernandes (R.O.C. n.º 993)